

MUDAR PARA PERMANECER O MESMO: marcas de um discurso de autolegitimação ao longo da história¹

CHANGING TO BE THE SAME: outlines of self-legitimation discourse throughout history

Bruno Souza Leal²
Phellipy Pereira Jácome³

Resumo: Este artigo busca caracterizar indícios do discurso de autolegitimação de mídias informativas e as relações que ele estabelece com a historicidade e demais dimensões temporais presentes no jornalismo. Nesse esforço de caracterização, recupera-se um conjunto de falas institucionais de agentes jornalísticos brasileiros sobre si mesmos, especialmente aquelas vinculadas às reformas editoriais e processos de modernização de jornais e outros produtos. A hipótese é de que há, nesse discurso de autolegitimação, uma simplificação da historicidade dos fenômenos jornalísticos, na medida em que se baseia na (re)afirmação dos mesmos valores e princípios ao longo da história.

Palavras-Chave: Jornalismo. Historicidade. Autolegitimação. Narrativa. Discurso.

Abstract: This article aims to characterize evidences of media's self-legitimation speech and the relations established with the historicity and other temporal dimensions present in journalism. This characterization effort recovers a set of institutional statements made by Brazilian journalistic agents about themselves; particularly those linked to the editorial reforms and so-called modernization processes. The main hypothesis is that there is an oversimplification of the historicity of the journalistic phenomena, since those speeches are based on the affirmation of the same values and principles throughout history.

Keywords: Journalism. Historicity. Self-legitimation. Narrative. Speech.

Em junho de 1808, logo na Introdução do seu *Correio Brasileiro*, Hipólito da Costa trata de expor aquelas que seriam as principais funções dos redatores de folhas públicas. Entre elas, destaca-se o seu caráter eminentemente didático, na medida em que as luzes do conhecimento, proporcionadas pela natureza, pela arte e pela educação, deveriam ser responsáveis por combater as trevas e a “illuzão”. Assim, sustenta Hipólito, “ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Memória das Mídias do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 7 a 10 de junho de 2016.

² Professor do PPGCom/UFMG, Doutor, brunosleal@gmail.com.

³ Doutorando do PPGCom/UFMG, Mestre, phellipy@ufmg.br

presente, e desenvolver as sombras do futuro”(COSTA, [1808] 2001, p. A2). Note-se que a razão de ser e a legitimidade social do jornal, segundo Hipólito, é fundamentada em um princípio que organiza o modo de conceber e lidar com a realidade e o associa a uma forma peculiar de articulação entre o fazer no presente e seu sentido para o futuro.

Essa relação temporal é deveras interessante: o presente é definido como aquilo que poderia ser projetado como o passado de um porvir. Não por acaso, os trabalhos dos escritores de jornal, “munidos de uma crítica saã e censura adequada” (COSTA, [1808] 2001, p. A2), formula Hipólito, ao mesmo tempo deveriam representar os fatos do momento e as reflexões sobre o passado, bem como oferecer “solidas conjecturas sobre o futuro”. O jornal, nesse sentido, parece oferecer-se como, para usar termos atuais, um dispositivo (ANTUNES e VAZ, 2006; MOUILLAUD, 2002) de captura de um presente que materializa modos de entendimento sobre esse tempo e, por consequência, sobre o que passou e o que virá.

Mais de duzentos anos mais tarde, em 2011, o Grupo Globo lançava os seus “Princípios Editoriais”, documento que pretendia expor ao público e aos seus acionistas um conjunto de características que guiarão a execução dos produtos jornalísticos desse conglomerado midiático. Para tanto, define-se o jornalismo como uma atividade produtora de conhecimento. Dito conhecimento, postula o documento, deve ser constantemente aprofundado pelo próprio jornalismo, por cientistas sociais, mas especialmente pela História. Essa relação com a História articula-se, aparentemente de modo paradoxal, com a agilidade típica dos fazeres e do saber jornalísticos. Se a “notícia tem pressa”, como caracterizam os *Princípios...*, “é a celeridade com que traça o primeiro retrato dos fatos que ao mesmo tempo dá utilidade à produção jornalística e justifica suas lacunas”. Ou seja, o jornalismo, como aí definido, seria uma atividade marcadamente lacunar pela velocidade com a qual tem que lidar com os fatos do presente para expô-los de maneira rápida e eficiente. Por isso, o “retrato final” do jornalismo, apesar de ser “uma silhueta com contornos visíveis”, estaria incompleto, ou como defendido pelos *Princípios...*, “à espera da História”.

Se, no *Correio Braziliense*, o presente e seus acontecimentos são o caminho de construção do futuro, nos *Princípios...*, parece haver uma aceleração do tempo, um reconhecimento de que os fatos de agora (e o modo jornalístico de apreendê-los) logo serão um passado a ser julgado à luz do que e daqueles que vierem. Em que pese essa diferença, não se pode deixar de notar que essas duas falas sobre “o que é o jornalismo” guardam curiosas semelhanças. Ambas compartilham uma concepção do jornalismo como uma espécie

de “história possível no presente”, calcada na sua capacidade de lidar com a realidade dos fatos, à espera do futuro. Em outras palavras: um falar sobre uma realidade destinada a ser histórica. Se no *Correio...* essa promessa de futuro surge mais confiável e sólida em contraste com o mundo em transformação que se vê nos *Princípios...*, é interessante observar que a legitimidade do jornalismo, ao longo de mais de 200 anos, parece se manter presa à sua capacidade de narrar o presente, vinculando-o à História.

É significativo que essa relação temporal legitimadora seja encontrada em textos que se vinculam a contextos históricos e a produtos midiáticos tão distintos e, em vários aspectos, incomparáveis. Afinal, o *Correio...* apresentava um jornalismo enciclopédico (HOHLFELDT e OLIVEIRA, 2008), era impresso no estrangeiro, definia-se também com um “Armazém Literário”, possível de ser compilado em formato de livro, com claras marcas de autoria. Esse jornalismo encontra poucas similitudes em relação ao que é apresentado por um *Grupo* que detêm diferentes dispositivos midiáticos, numa escrita que se oferece, por vezes, como impessoal e estrategicamente observante. As diferentes materialidades, jornalistas, narrativas, formatos e textualidades que separam e distinguem o jornal do século XIX e os produtos multimidiáticos do século XXI são índices claros da historicidade do jornalismo, de complexas relações de continuidade e mudanças vividas ao longo do tempo. Nesse quadro, seria o discurso de autolegitimação do jornalismo um esforço de resistir ao tempo e à História?

É importante notar que os dois textos citados podem ser vistos como parte de uma série de manifestações discursivas, de falas, de diferentes agentes jornalísticos sobre si mesmos. Essas falas, que emergem em diferentes momentos na história do jornalismo no Brasil, buscam explicitar e afirmar o que seria o papel e o lugar das notícias e das mídias informativas no país. Não por acaso, muitas delas emergiram com força em momentos de reforma editorial, pois, como se sabe, ao longo do século XX e nesse início de século XXI, diferentes jornais e produtos jornalísticos brasileiros passaram por processos de modernização, através dos quais buscavam, de algum modo, responder e mesmo antecipar-se às transformações histórico-sociais em curso. Ao mesmo tempo, procuravam caminhos mais eficazes de comunicação com seus interlocutores e, com isso, de consolidação de sua identidade.

Como se verá, curiosamente, muitos desses processos de modernização foram elaborados sob o signo do “mesmo”, ou seja, justificavam-se na manutenção de valores e modos de

entendimento do jornalismo tidos como os adequados ou melhores. Assim, esse discurso de autolegitimação parece paradoxalmente afirmar a mudança como modo de permanência. Essa forte contradição é certamente um indício das complexidades temporais presentes no interior desse mesmo discurso e que se conectam às dinâmicas e processos que instituem o jornalismo como um fenômeno histórico-social. Nesse sentido, este artigo busca contribuir para caracterizar esse discurso de autolegitimação presente ao longo da história do jornalismo no Brasil, observando especialmente modos como as relações com o presente e seus acontecimentos, com passados e futuros, são apreendidos e configurados nessas falas “sobre si”.

A princípio, objetivamos enfrentar a contradição entre um discurso que se afirma na a-historicidade de valores e processos jornalísticos e as relações temporais nele presentes. Nesse esforço de caracterização, recupera-se um conjunto de falas institucionais de agentes jornalísticos brasileiros sobre si mesmos, de diferentes momentos históricos, tanto para buscar pistas desse discurso de autolegitimação quanto das contradições que apresenta. Em função dos limites formais estabelecidos para este artigo, essa revisão será, em certa medida, indicial (GINZBURG, 1990; BRAGA, 2008), ou seja, menos que um inventário exaustivo dessas falas, apresentamos pistas que promovem visualização desse discurso e suas contradições.

1. Sob o signo do mesmo

Uma das características comuns que podemos observar em distintos discursos autorreferenciais das mídias informativas ao longo da história trata-se justamente da maneira pela qual essas instituições percebem a relação que a atividade jornalística estabelece ou, pelo menos, *deveria* estabelecer, com a realidade e com o presente. Nesse ponto, podemos perceber uma certa persistência histórica de um argumento que tende a tomar os fatos como fragmentos externos à ação do jornal ou do jornalista, como se fosse possível ao jornalismo duplicar essa realidade exterior nas histórias que conta. Temos, nesse sentido, a ideia de uma realidade extralinguística, fixa, “natural” que ainda que não possa ser abarcada por completo, deve ser purificada (LATOURET, 1994) pelas técnicas jornalísticas para ser representada da forma mais fiel o possível.

Desse modo, pese que muito criticada atualmente, a própria noção de objetividade, como ressalta Ribeiro (2006, p.11) continua como uma das grandes responsáveis pela acolhida que

o jornalismo tem e, por isso, o discurso autorreferente dos jornais ainda guarda as marcas de um resguardo da representação objetiva. Ao longo das últimas décadas, algumas palavras (como independência, honestidade, imparcialidade, isenção) vem sendo utilizadas, em complementação ou substituição às demais, mas a base do argumento que pretende estancar a realidade permanece o mesmo. Retomemos os *Princípios...*, por exemplo:

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. (GRUPO GLOBO, 2011, *online*)

Nesse fragmento, é possível perceber que a linha argumentativa é traçada a partir da ideia de que, em algum ponto da história, houve uma série de mal-entendidos que terminaram por minar o que seria uma definição clássica do jornalismo: “a busca pela verdade dos fatos”. Isso se deveu, segundo o *Grupo Globo*, por conta de simplificações que, no cúmulo, chegam a questionar, até mesmo, a possibilidade de existir alguma verdade objetiva. Ao posicionar-se contrariamente ao que entendem ser uma “simplificação”, os *Princípios...* reafirmam a impossibilidade de se alcançar uma plena objetividade, mas reforçam a ideia de uma realidade bipartida, reproduzível, buscando técnicas para minimizar “subjetividades” e, portanto, produzir um saber purificado, o mais livre possível de contaminações.

Nesse fragmento, a afirmação da importância do conhecimento jornalístico se dá pela retomada, no presente e para o futuro, de valores já existentes, mas desviados por gerações anteriores. Instaura-se, então, na base da argumentação, uma contraposição entre os valores, como ideais, e os processos e modos como eles foram apreendidos e materializados ao longo da história. A reafirmação desses mesmos valores, assim, é simultaneamente um esforço de continuidade e de ruptura com o passado. Que passado é esse, a que exatamente se refere o documento do *Grupo Globo*, não fica claro, ao mesmo tempo que chama a atenção o elogio à técnica como o que garantiria a qualidade do conhecimento produzido.

Esse argumento exposto em 2011 pela empresa carioca é bastante semelhante ao elaborado, 26 anos antes, pelo jornal paulista *Folha de S. Paulo*. Em 27 de julho de 1985, o

diário apresentava aos seus leitores e anunciantes o seu novo projeto editorial, intitulado *Projeto Folha*. No caderno *Ilustrada*, o jornal pontua algumas daquelas que seriam as características da sua nova empreitada, delineando os aspectos de como a mídia entendia o jornalismo e sua relação com o mundo. Na página 41 do diário, convoca-nos especial atenção a retranca assinada pelo diretor de redação do jornal, sob o título de “A crítica da crítica da objetividade”. Nela, Otávio Frias Filho começa seu texto afirmando que:

Houve uma época em que se acreditava na objetividade do jornalismo. Isso aconteceu na idade de ouro dos jornais, antes da popularização do rádio e até da TV. Bastava que o jornal ou o jornalista tivesse “boas intenções” - era o que se pensava - para que o registro dos fatos fosse uma imagem perfeita do seu próprio conteúdo (FOLHA, 1985, p.41)

Note-se que o recurso utilizado na construção argumentativa da *Folha* é bastante similar ao empregado pelo *Grupo Globo*, duas décadas e meia depois. Há uma rememoração do passado – “houve uma época” – para dizer da crença na objetividade no jornalismo, que seria típica da “idade de ouro dos jornais”. Essa seria, como aponta o jornal, a “objetividade clássica”, que teria sofrido muitas críticas, principalmente a partir dos anos 1960, na medida em que, diz o diário, “há muitas maneiras de ver o mesmo fato e o jornalista tem que optar por um delas”. Dita crítica teria, segundo o jornalista, sido a responsável por criar a imprensa alternativa no país e a ideia de que a única objetividade possível pela “imprensa do establishment” era apenas a de um jogo de aparências.

Contrário a esse movimento, afirma Frias, a “experiência recente da Folha se enquadra numa espécie de crítica à crítica da objetividade”, o que significaria a adoção de três pilares que guiarão o *Projeto Folha*. O primeiro deles diz respeito a “recuperar a dimensão factual do mundo que o jornal registra, factual no sentido de ser verificável fora da linguagem”. Assim sendo, o que o jornal postula é uma separação possível e viável entre linguagem e realidade, entre um mundo das regularidades e outro, que se transforma. Ou seja, a crença numa separação radical entre linguagem e mundo, sujeito e objeto, é reforçada e defendida pelo jornal como a base da relação que ele estabeleceria com a realidade.

Nesse sentido, advoga a *Folha* que, se a objetividade total talvez não seja alcançável, técnicas seguras seriam capazes de diminuir as subjetividades. Esse é o mesmo argumento que afirma “a força de um método seguro” que, sendo impessoal, seria capaz de fixar um olhar sobre o mundo. É importante destacar que, em 1985, a *Folha* descreve a possibilidade

de existência de realidades nas quais, segundo o jornal, não haveria experiência factual (só existiram, portanto, na linguagem), e em que a técnica do confronto de ideias deveria ser utilizada para contrapor versões e encontrar, um dia, “um esqueleto de verdade”. Apesar disso, a afirmação do *Projeto Folha* é calcada numa leitura da história que fixa um passado “ideal”, afirma sua corrupção e reafirma a atualidade e a importância dos valores clássicos e, de certo modo, atemporais. Assim, a própria crítica dos jornais da “idade de ouro” é usada como caminho para retomar seus pressupostos. Se essa idade clássica se situa antes da popularização do rádio e da tv (que se deu no Brasil a partir dos anos 1930), ela seria, curiosamente, um momento da história do jornalismo brasileiro tido como pré-moderno, na qual a própria ideia de objetividade estaria, se não ausente, ao menos pouco difundida.

Ou seja, em ambos os textos da *Folha* e o *Grupo Globo*, podemos perceber um certo desgaste e simultâneo reforço do significante “objetividade”. No caso do jornal diário, o termo é retomado e recuperado, uma vez que o que se defende ali é uma crítica explícita à crítica da objetividade. Já no *Grupo Globo*, temos o reconhecimento de uma certa falência da objetividade, mas, ao mesmo tempo, uma permanência na ideia de que teríamos que diminuir nossa subjetividade como forma de alcançar *alguma* realidade factual, objetiva.

Recuando um pouco no tempo, em agosto de 1945, o *Diário Carioca*, considerado por muitos autores como o lugar privilegiado e um dos protagonistas da modernização da imprensa brasileira (RIBEIRO, 2006 e 2003; BARBOSA, 2007; ALBUQUERQUE; 2010), lançou uma pequena coluna intitulada “Cartas a uma foca”, cujo subtítulo, bastante explicativo, era: “Numa terra em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos do jornalismo”. Naquela seção, “Joaquim Manoel”, provável pseudônimo de Pompeu de Souza (RIBEIRO, 2003), tratava de expor alguns elementos e técnicas, principalmente advindas do jornalismo estadunidense, como forma de normatizar alguns conceitos e tarefas da redação. Na edição do dia 08 de agosto, o jornal foi enfático em relação ao produto do seu trabalho: “Uma informação é pura e simplesmente uma afirmação”. Em seguida, declara que

[d]e certo será impossível e mesmo inviável chegar um jornal à perfeição de dar informações rigorosamente imparciais. Ainda outro dia um observador dessas coisas me chamava a atenção para uma seção que se chama “Dos dois lados” e se ocupa quase sempre de um lado só. Mas sejam ou não “imparciais” elas devem ser “objetivas”. (DIÁRIO CARIOCA, 1945, p.4)

É interessante perceber, a partir da citação do *Diário Carioca*, como o ideal de objetividade entrava em voga, naquele momento, para substituir uma aparentemente desgastada noção de imparcialidade, associada então ao que poderíamos chamar de “subjetivismo”. Em junho de 1959 - 14 anos depois, portanto-, o *Estado de S. Paulo*, por sua vez, lançou uma coluna especial, a cargo do jornalista Victor da Cunha Rego, com a finalidade de expor as principais características do jornalismo estadunidense, com frequência contrapondo-o ao europeu. Entre elas, por exemplo, destacava-se a distinção entre a *objetividade* da notícia e a *subjetividade* do comentário. Essa clara divisão fazia, segundo o jornalista, com que “os profissionais americanos” fossem considerados como de “indesmentível honestidade”. Nesses dois momentos, do *Diário Carioca* em 1945 e do *Estado de S. Paulo*, em 1959- e ao contrário das imagens delineadas pelo *Projeto Folha* e pelos *Princípios...* – o passado é bastante próximo ao presente e deve ser superado, sob o signo da objetividade, para que, no futuro, o jornalismo cumpra efetivamente o papel que lhe foi (auto)atribuído.

É possível observar, então, que, nessas diferentes falas, vocábulos como “imparcialidade”, “objetividade” e “honestidade” constituem uma cadeia de substituições em que um termo é usado para renovar o outro e, ao mesmo tempo, afirmar o princípio fundamental ao qual todos respondem: o compromisso jornalístico com os fatos. Essa pequena alteração está em voga também hoje em muitos estudos acadêmicos, cujos autores defendem a substituição do termo “objetividade”, por outros a ele associados. Peter Dahlgren (2009) e Dan Gillmor (2005), por exemplo, defendem a ideia de que deveríamos reconhecer uma crise contemporânea da noção de objetividade e substituí-la por outras chaves de compressão do jornalismo. O primeiro, por exemplo, sugere que o jornalismo adote alguns critérios como a *imparcialidade*, a *transparência*, a *certeza* e a *prestação de contas* como forma de garantir a qualidade jornalística e superar a ideia clássica de objetividade. Já o segundo defende que o termo objetividade seja substituído por outros como *exatidão*, *justiça* e *transparência*. Isto é, em ambos os autores, há uma proposta de substituição do termo, mas a relação com a realidade, bem como uma ideia de jornalismo, parece permanecer a mesma.

Assim, esses termos funcionam como significantes vazios, a espera de serem preenchidos discursivamente, para funcionarem na afirmação dessa razão de ser fundamental do jornalismo. Kevin Barnhurst (2014), em artigo que trata sobre o problema dos eventos realistas no jornalismo estadunidense, afirma que palavras como “verdade” e “fatos”

funcionam como espécie de elevador, podendo ser substituídas uma pela outra. Construídas num “mesmo edifício”, elas tendem a circular de uma maneira infinita: quando uma começa a falhar, utilizamos a outra e assim sucessivamente. Acreditamos que algo parecido pode ser dito em relação à objetividade, à neutralidade, à imparcialidade. Todas elas derivam de um mesmo sistema de crenças e suas substituições sistemáticas servem, na verdade, para sustentar a relação e a dependência do jornalismo de uma realidade externa, localizável. Concomitantemente, a flutuação desses termos faz ver as contradições nesse jornalismo que advoga, na sua transitoriedade, uma permanência do mesmo.

2. O presente, seus passados e seus futuros

Se, como podemos perceber a partir de alguns exemplos, o jornalismo tende a fixar sua identidade a partir de uma relação peculiar de mesmidade (RICOEUR, 2014), na sua vinculação a valores que permaneceriam estáveis, o que acontece quando os jornais têm de lidar com as alterações próprias de sua historicidade, de seu existir atravessado por múltiplas temporalidades (TÉTU, 1993 e 2009; ZELIZER, 2008 e 2009)? Em edições nas quais o jornal apresenta algum tipo de inovação tecnológica ou de modificação em suas estruturas gráficas essa pergunta se torna ainda mais destacada. Afinal, as reformas apontam para mudanças que são, em certa medida, momentos de afirmação do novo, mas também, paradoxalmente, de uma espécie de resistência do jornalismo em relação ao tempo. É significativo, como já vimos, o modo como essas falas estabelecem relações peculiares com o passado e o futuro. Por um lado, o passado é visto como algo a ser superado, pois marcado pela corrupção ou inexistência desses valores fundamentais, ou a ser, de algum modo, retomado: exatamente na “essência desses valores”.

Já o futuro é algo a ser construído – cuidadosamente – pela afirmação desses mesmos valores. Vejamos alguns exemplos. Na edição de 14 de março de 2010, por exemplo, o *Estadão* publicou um editorial em que apresentava ao público mais uma reforma. No texto “O que muda e o que permanece”, o jornal deixa claro essa relação da mesmidade, ao afirmar que as modificações serão balizadas pelo:

mesmo princípio que norteou as mudanças por que passou o jornal, ao longo dos seus 135 anos de existência: *muda* a forma, para tornar mais fácil e atraente a leitura, mas *permanece inalterado* o seu compromisso com a qualidade e a exatidão da informação e com a ética jornalística (ESTADO, 2010, *online*, grifos nossos).

O que o jornal propõe acima, portanto, é uma promessa de que, apesar das mudanças em seu formato, o compromisso do jornal com a exatidão da informação permaneceria inalterado. É como se o diário advogasse que as alterações em sua forma e em sua textualidade não impactariam na informação que provê, nos modos como apreende e conta o mundo. É nesse sentido, que o *Estadão* postula que “não muda, porque faz parte de sua identidade, de sua credibilidade, de seu patrimônio moral”. Temos aí, portanto, a afirmação de que a identidade é sempre a mesma, apesar das mudanças “aparentes”, e que as narrativas que o jornal contou ao longo da sua história não a influenciam, pois apenas reforçariam ou confirmariam um compromisso original.

Essa ideia de um compromisso jornalístico atemporal também está presente na seção histórica do *Jornal do Commercio*. Em sua página comemorativa, em que se ressalta os quase dois séculos de história do diário, temos a seguinte afirmação:

Um diário que não envelhece. Eis o que se pode dizer do Jornal do Commercio, o mais antigo veículo em circulação ininterrupta na América Latina. A primeira edição do jornal, criado pelo francês Pierre Plancher, circulou no dia 1º de outubro de 1827. Testemunha viva da história, o Jornal do Commercio atravessou as mais diferentes fases do País cumprindo o seu papel de manter informado o público em geral, com a agilidade permitida pela tecnologia de cada época, e de ajudar homens de negócios e executivos em seus processos de tomada de decisão. (JORNAL DO COMMERCIO, *online*)

“Um diário que não envelhece” parece ser a proposição de um jornal que resiste ao tempo e à História. Interessante notar que, como um agente social destacado no registro dos fatos, o jornal se coloca como uma testemunha dessa história. A História, assim, surge como um objeto do jornalismo, sem que ele –o jornal- seja também um objeto histórico. Há, portanto, a ideia de uma “disponibilidade de história”, de um passado circunscrito, delimitado, que se diferenciaria, sobretudo, por causa da “tecnologia de cada época”. O presente e o futuro, nesse sentido, surgem e se apagam com uma rapidez cada vez maior, na velocidade que as inovações tecnológicas permitem.

Esse argumento também pode ser percebido, por exemplo, na apresentação que o *Diário Carioca* fez de suas novas instalações, no ano de 1950. Na edição de 1º de janeiro do jornal, houve grande destaque para a “nova casa do futuro”, na qual “em oficinas novíssimas será feito um novo jornal”. Adjetivos que associam a aceleração do tempo a um projeto de futuro foram largamente empregados: “Três pavimentos de máquinas as Mais Modernas para

fazer um jornal Moderníssimo – (...) Onde as inovações se casam com um planejamento técnico perfeito. Um passeio entre os ‘Colegas de Aço das Oficinas do Futuro’. O novo maquinário do jornal é apresentado de maneira minuciosa, e o apelo à tecnologia é uma constante. Há, portanto, um apontamento para o futuro, com uma promessa remarcada de que ele traria um jornal tecnologicamente melhor e, portanto, mais novo, “moderníssimo”. Um mesmo tipo de apresentação e de aceleração do tempo pode ser percebido na edição de 31 de dezembro de 1974 da *Folha de S.Paulo*, que trazia um caderno especial chamado de “Folha 1975”, em que também apontava para uma aceleração do tempo – com títulos como “Mais notícias em muito menos tempo”, “Criar e editar em alta velocidade”, “A Nova Visão de um Jornal Moderno”.

Ao apontar as mudanças para o futuro, cada mídia informativa que apregoa um compromisso inalterável com os mesmos valores e princípios oferece aos leitores um *outro mesmo* jornal, melhor e mais moderno, capaz de situar-se frente a uma nova realidade e a um novo tempo, cada vez mais veloz. Não por acaso, expressões que denotam uma aceleração do tempo são tão constantes no jornalismo contemporâneo, como “cobertura em tempo real”, “em vinte minutos tudo pode mudar”, “nunca desliga” etc. Em todos os casos, a tecnologia para ser o vetor tanto dessa velocidade quanto da transformação que torna possível que o jornal seja o mesmo. Fica clara, portanto, a cisão entre forma e conteúdo, pois só assim é possível mudar um (o suporte), mantendo-se o compromisso clássico com qualidade do outro (a informação).

Ao mesmo tempo, observa-se que o apelo e a importância da tecnologia promovem ao menos duas inflexões nas contraditórias relações temporais apresentadas nessas falas. Por um lado, as mudanças gráficas, nos modos de impressão, de diagramação etc., apontam para o progresso, para a evolução, para uma adequação, no presente, às transformações que reconfiguram o futuro. Modernizar-se, nesse sentido, é tanto superar um passado, tecnologicamente atrasado, como atualizar-se, ou seja, acompanhar o passo das mudanças em curso. Por outro, a aceleração do tempo “trazida” pelas inovações tecnológicas não deve contaminar ou comprometer a informação, o produto final e decisivo do jornalismo. Assim, modernizar-se, sob o signo do progresso tecnológico, já não é romper com o passado, mas retomá-lo (mesmo como um espaço de experiência idealizado) e preservar-se em relação à desaparecimento futura.

Os esforços de afirmarem-se no presente, em momentos de mudança e modernização, estabelecidos pelos agentes jornalísticos recuperados aqui deixam claro falas de autolegitimação que, ao afirmar o jornalismo sob o signo do mesmo, organizam a seu modo passados e futuros. O apego aos mesmos valores e princípios, por mais imprecisos e flutuantes que sejam, tem como efeito uma imagem do jornalismo como uma atividade à margem da própria história, que se mantém – ou deveria se manter – igual ao longo do tempo. Essa resistência ao tempo é acompanhada por uma busca de adequação às transformações em curso, que envolve então imagens peculiares e aparentemente antagônicas do passado e do futuro. O que passou é mitificado, na forma de “idade de ouro” ou “clássica”, e também algo a ser esquecido e superado. Em ambos os casos, como espaço de experiência (KOSELLECK, 2006; RICOEUR, 1997), ele é apagado, deixado de lado, submetido ainda a uma ideia de progresso. Já o futuro, este certamente está ao alcance das mãos, seja porque o jornalismo será sempre o mesmo, seja porque ele pode ser antecipado – atualizado – pelas ações presentes. Como horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006; RICOEUR, 1997), portanto, o futuro é marcado pela ideia de continuidade, em que aquilo que é visto como transitório – como a forma e a tecnologia – pode ser absorvido e descartado, na confiança da existência de técnicas e métodos seguros para lidar com a realidade, reduzir subjetivismos, apreender o presente.

3. Um discurso em questão

Essas falas dos agentes jornalísticos acerca de si mesmos, recuperadas em diferentes momentos da história brasileira, parecem integrar um discurso mais amplo, recorrente em textos de diferentes modalidades, que busca afirmar e legitimar um modo de ser e entender o jornalismo. Num ensaio publicado em 2012, dedicado à leitura crítica de consagrados manuais brasileiros de telejornalismo, por exemplo, Leal encontra um conjunto de abordagens e entendimentos acerca do jornalismo que são, nesse sentido, bastante esclarecedores. Escritos por jornalistas experientes e voltados para estudantes de comunicação, esses manuais materializariam então um entendimento recorrente acerca do jornalismo. A princípio, os manuais são guiados por uma preocupação descritiva, de apresentar ao leitor como o telejornalismo é efetivamente feito por profissionais. Significativamente, porém, eles promovem uma passagem fundamental: o tom descritivo é

perpassado por um outro, prescritivo, mais forte e predominante. A frase “é assim que se faz”, que parece guiar esses livros, tem um complemento implícito: “é assim que se faz e *que se deve fazer*”. Assim,

...observa-se, nesses manuais, que o caráter narrativo das notícias telejornalísticas é preterido em nome de uma visada técnica e normativa, que congela o fazer telejornalístico no presente. A dicção é claramente essencialista, na medida em que a descrição dos procedimentos do telejornalismo vincula-o duplamente a um modo de ser permanente – ‘é assim que se faz’- e a um olhar valorativo, que justifica inclusive a exclusão de outros procedimentos atuais e do passado: ‘é assim que se faz o bom telejornalismo’ (LEAL, 2012, p.131)

Podemos, nesse sentido, detectar um forte discurso normativo, ou seja, um modo de saber e apreender o jornalismo que, para além da experiência histórica e das realidades concretas, apresenta-o sob a forma de como ele *deve ser* entendido e adotado, afirmando então uma sua homogeneidade, sua vinculação a técnicas peculiares e a valores inquestionáveis e imutáveis. Desse modo, chama a atenção o quanto a historicidade dos produtos e processos jornalísticos é “simplificada”. Em seu estudo, Leal afirma que

A caracterização da TV como tecnologia e do fazer telejornalístico como técnica, portanto, contribui para o apagamento da história e configura um discurso que, ao fim e ao cabo, legitima, ratifica um modo de ser do jornalismo, transformado em padrão essencial e a-histórico. (LEAL, 2012, p.131)

Nos manuais, a afirmação de um padrão essencial e imutável é acompanhada de uma redução das relações temporais que perpassam os processos e produtos jornalísticos a partir de uma visada evolutiva, calcada no progresso técnico e tecnológico. O “presentismo”, assim, parece ser um elemento fundamental no discurso materializado por esses textos de caráter claramente pedagógico e que, sem historicizar ou problematizar valores e experiências, afirma que o que “se faz hoje” é a melhor e mais bem-acabada forma do jornalismo.

A semelhança do que dizem esses manuais com as falas “sobre si” dos jornais impressos recuperadas aqui é, nesse sentido, bastante interessante. No esforço de legitimar um modo de fazer jornalismo, manuais e jornais, assumindo acriticamente os valores do que tomam como padrão, promovem, sem dúvida alguma, uma espécie de minimização do jornalismo como fenômeno histórico, em suas tensões, diversidades, continuidades e rupturas. O tom prescritivo, observado por Leal (2012), é frequentemente encontrado em outros textos dedicados ao jornalismo, sejam manuais de cunho mais geral (TRAVANCAS, 1992; BARBEIRO E LIMA 2002; PATERNOSTRO, 1987; CARDET E SILVA, 1984; entre

outros), princípios editoriais (como CLARÍN, 1997; ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011; FOLHA DE S. PAULO, 2010) e até mesmo em estudos acadêmicos que apregoam a necessidade de criação de uma deontologia jornalística; e/ou a existência de critérios fixos e pertinentes para a apreensão da realidade e de sua transposição para as diferentes mídias (BELTRÃO, 1969; MELO, 2004, 1994; ERBOLATO, 1988; LAGE, 1987, 2002). Esse tipo de empreendimento, percebido, sobretudo, em livros didáticos (mas não só), tende a oferecer uma história ensimesmada com vistas a encorajar a criação de “heróis de jornalismo, realizadores da história e modelos a serem seguidos no presente e no futuro” (NERONE, 1987, p. 382. No original em inglês). É exatamente esse esforço de legitimar modelos gerais a partir de um “lugar” específico – seja ele uma experiência profissional, uma mídia informativa num dado momento da história ou mesmo um modo de apreendê-lo – que parece unificar o discurso para cujos contornos buscamos encontrar pistas.

Na fala sobre si dos jornais, em especial em momentos de reforma editorial, esse esforço de autolegitimação afirma um modelo a partir da retomada e ressignificação dos mesmos termos e valores já usados anteriormente. Não há, como vimos, propostas efetivas de ruptura, mas de continuidade. Com isso, a afirmação do mesmo se dá no apagamento da diversidade presente no fenômeno jornalístico. Afinal, cada jornal, cada notícia, cada produto jornalístico, em seu tempo e em sua história, é perpassado por um conjunto de relações e dimensões que os tornam únicos e peculiares. A percepção de recorrências e regularidades certamente não apaga essas singularidades, pois se dá sob as tensões dessa complexidade. Nesse sentido, lidar com a historicidade do fenômeno, dos produtos e processos jornalísticos é exatamente perceber essas relações complementares e interdependentes de mudança e continuidade, de apagamentos, esquecimentos e retomadas. Assim sendo, ainda que esse discurso de autolegitimação do jornalismo o afirme como sempre o mesmo, é fundamental que se pergunte por que isso se dá e por que se dá desse modo.

No caso dos manuais, tal como analisado por Leal (2012), o apagamento da história e a opção do prescritivo são claramente associados, por um lado, ao propósito didático que os orienta, e, por outro, pela clara adoção de um “lugar de fala”: os seus autores, ao apregoarem o que tomam como o padrão – ou o melhor – para o jornalismo, legitimam a si mesmos como jornalistas, às escolhas que fizeram e aos modos como se inserem – ou se veem inseridos – na profissão. Já no caso dos jornais e organizações empresariais, a permanência na mudança vincula-se a identidade assumida para si por cada um deles. Todas as falas afirmam o mesmo

como um modo de se fazer reconhecer – para si e para seus interlocutores – como *aquele* jornal, *aquele* que continua e que não é outro. Assim, presente, passado e futuro passam discursivamente a convergir, tendo como eixo o jornal, como tal ele se vê e quer ser visto, num dado momento. É exatamente a identificação com passado e/ou um futuro tomados como referência que promovem essa convergência e afirmam a identidade do jornal.

No entanto, essa convergência é conquistada a um custo muito alto. Por um lado, não é apenas o jornal – em suas diversas faces e fases – que convergem para aquele instante de afirmação e mudança: é a própria instituição jornalística, tomada como continuidade dos parâmetros e valores assumidos. Por outro, a própria diversidade – identitária inclusive - do jornal (em suas mudanças e clivagens, como editorias e seções, nas notícias que apresenta) e do jornalismo (nas várias formas, processos e transformações) que é deixada de lado, sacrificada em nome do aqui-agora atual. Esse esquecimento de si – como *uma* dada mídia informativa e como instituição social – promove claros apagamentos, simplificações e hierarquizações, como exemplifica a sutil condenação do jornalismo de rádio e tv feita pela *Folha* em 1985. Além disso, no esvaziamento do espaço de experiência e no encurtamento do horizonte de expectativas, esse discurso autolegitimador e identitário não apenas empobrece passados e futuros, mas esvazia-se de histórias.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. ; A modernização autoritária do jornalismo brasileiro . *Alceu*(PUCRJ), v. 20, p. 100-115, 2010
- ANTUNES, E. & VAZ, P. “Mídia: um halo, um aro, um elo”. In: FRANÇA, Vera. & GUIMARÃES, C. (org.). **Narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 43-60
- BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. **Manual de telejornalismo**: os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BARNHURST, K.G. The Problem of Realist Events in American Journalism. *Media and Communication*. 2014, Volume 2, Issue 2, Pages 84-95
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1969.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes* (USP. Impresso), v. 1, p. 73-88, 2008.
- CARDET, Ricardo; SILVA, Armando Pereira da. **Manual de jornalismo**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1979.
- CLARÍN. **Manual de estilo**. Buenos Aires: Clarín Aguilar, 1997.
- COSTA, Hipolito Jose da,. **Correio Braziliense, ou, Armazém literário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília , DF: Correio Braziliense, 2001-2003. 1v
- DAHLGREN, Peter. The troubling evolution of journalism. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism**: tabloidization, technology and truthiness. New York: Routledge, 2009. p 146-160
- FOLHA DE S. PAULO (JORNAL). **Novo manual da redação**.. 2. ed. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1993.
- GILLMOR, Dan. “**The End of Objectivity**,” Online, January 20, 2005.

- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e historia. 1a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- GRUPO GLOBO, 2011. *Princípios Editoriais das Organizações Globo*. Site oficial da Corporação.
- HOHLFELDT, A. C.; OLIVEIRA, S. M. Conceitos sobre jornalismo no Correio Braziliense (O ano de 1809). In: XVII Encontro Nacional da Compós, 2008, São Paulo. Anais do Encontro Anual da Compós. São Paulo: COMPOS, 2008.
- JÁCOME, P.. Jornalismo e Autolegitimação: a Historicidade dos discursos Autorreferentes. **Leituras do Jornalismo**, v. 1, p. 54-66, 2014.
- KARAM, Francisco José Castilhos. **Formação e ética jornalística**. Fenaj, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1987.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 2002.
- LEAL, B. S.. Do texto ao discurso: as normas sem história dos manuais de telejornalismo. In: Itania Gomes. (Org.). **Análise do telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. 1ed.Salvador: EdUFBA, 2012, v. 1, p. 117-142.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Editora 34. 1994
- MELO, Jose Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed., rev. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1994
- MELO, Jose Marques de. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Gossi Porto. Brasília: UnB, 2002.
- NERONE, J. 'The Mythology of the Penny Press.' **Critical Studies in Mass Communication** 4:4 1987
- PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, A.P.G.. **Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50**. Rio de Janeiro: Compós, 2003.
- RIBEIRO, A. P. G.. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. v. 1. 362p .
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa. Tomo III**. Campinas: Papyrus, 1997.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992
- TÉTU, Jean-François. L'actualité, ou l'impasse du temps. **Sciences de l'information et de la communication**, Textes essentiels. Larousse, Paris, 1993. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/39/61/86/HTML/>.
- TÉTU, Jean-François. **Les médias et le temps**. 2009. Disponível em http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/39/62/71/PDF/tetu_temporalite.pdf.
- ZELIZER, Barbie (org.). **Explorations in communication and history**. Noew York: Routledge, 2008.
- ZELIZER, Barbie. Why journalism's changing faces matter. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthyness**. New York: Routledge, 2009. p 1-10